Indicadores complementares de mercado de trabalho

As últimas edições do Relatório de Inflação têm destacado o dinamismo do mercado de trabalho. Este boxe traz diversos indicadores, incluindo medidas alternativas e recortes diferentes dos usualmente utilizados, que, em seu conjunto, corroboram a avaliação de que o mercado de trabalho está aquecido.

A taxa de desocupação (TD) tem recuado mais do que o esperado, aproximando-se das mínimas históricas. Ao longo deste ano, as previsões dos analistas para a TD, coletadas pela pesquisa Focus, foram revisadas para baixo continuamente, refletindo sucessivas surpresas baixistas (Gráfico 1). Para o trimestre encerrado em julho, a mediana das expectativas do Boletim Focus em janeiro era de 8,2%. Com as revisões ao longo do ano, essa expectativa caiu para 6,9% na véspera da divulgação do dado (Gráfico 2). A taxa divulgada acabou sendo de 6,8%, a menor registrada para trimestres encerrados em julho desde o início da série histórica em 2012. Considerando os dados ajustados sazonalmente, a TD atingiu em julho 6,9%, apenas ligeiramente acima da mínima histórica de 6,7% observada em alguns meses de 2014. O recuo na TD foi disseminado entre as Unidades da Federação e, em várias delas, a taxa já é a menor da série histórica (Gráfico 3 e Figura 1).

Gráfico 1 – Surpresas na taxa de desocupação em 2024
Taxa observada menos a esperada (Focus) dois meses antes

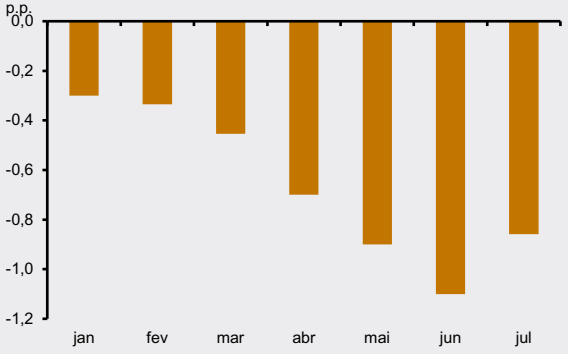


Gráfico 2 – Expectativa para a TD de julho de 2024

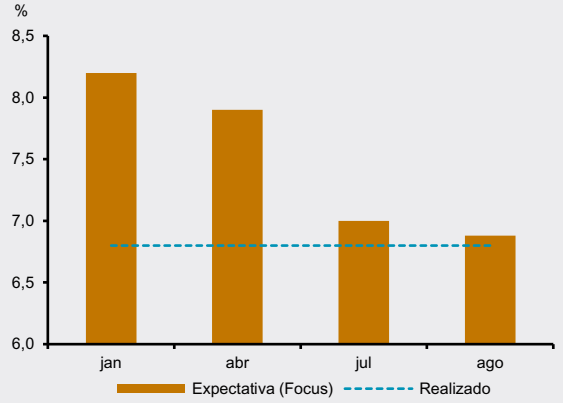
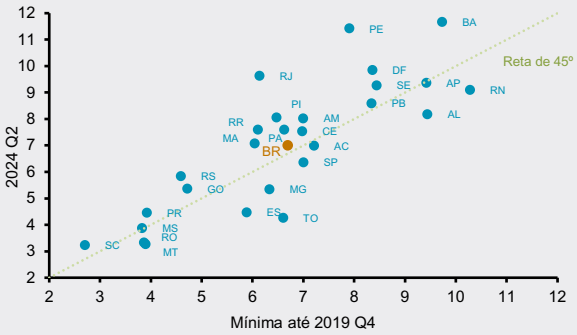
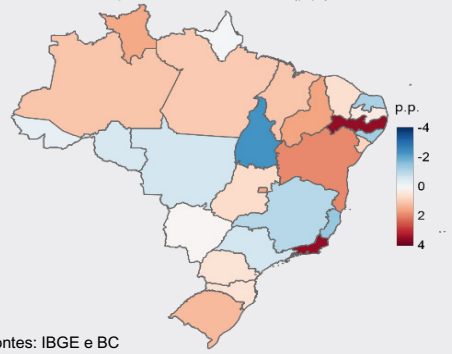


Gráfico 3 – TD: atual vs mínima até 2019 Q4
%; MM3M; a.s.



Fontes: IBGE e BC

Figura 1 – Diferença da taxa de desocupação
2º Tri 2024 em relação ao mínimo até 2019 (p.p.)

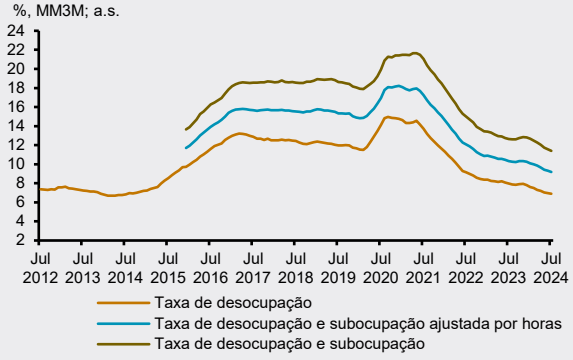


Fontes: IBGE e BC

Indicadores mais abrangentes de subutilização da força de trabalho revelam que não apenas a desocupação recuou, como também o percentual de trabalhadores que estão subocupados. Enquanto a TD passou de 12,0% no pré-pandemia (média de 2019) para os atuais 6,9% (com ajuste sazonal) – um recuo de 5,1 p.p. –, a taxa de desocupação e subocupação, medida que considera como desocupados aqueles que trabalharam menos de 40 horas por semana e que gostariam de trabalhar mais, diminuiu ainda mais, 7,2 p.p., de 18,6% para 11,4%

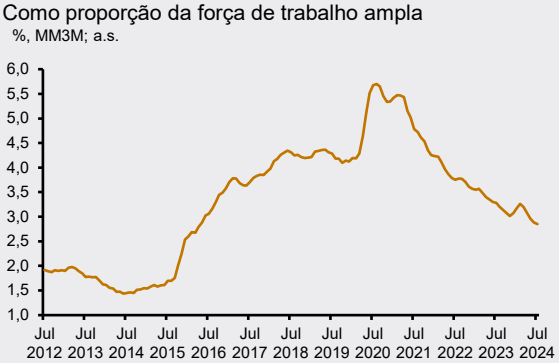
(Gráfico 4). Uma evolução semelhante foi observada ao ajustar a medida pelo total de horas trabalhadas[1]. Além disso, a participação dos desalentados[2] na força de trabalho ampla[3] foi substancialmente reduzida (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Medidas de Subutilização



Fontes: IBGE e BC

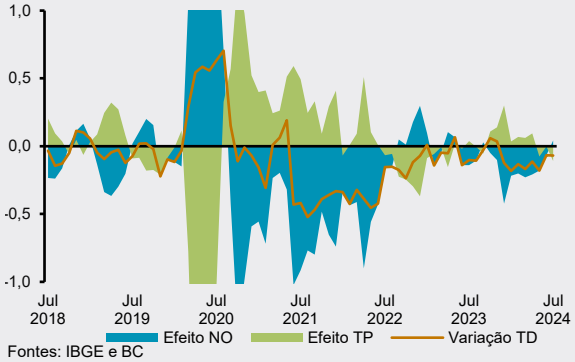
Gráfico 5 – Desalentados
Como proporção da força de trabalho ampla



Fontes: IBGE e BC

Desde meados de 2023, a queda do desemprego ocorre em um contexto de expansão do nível de ocupação (NO) e da taxa de participação na força de trabalho (TP). A TD tem recuado consistentemente desde 2021, mas a composição da queda, que importa para a avaliação do mercado de trabalho, não foi uniforme durante todo o período. A recuperação do NO e da TP no período pós-pandemia foi interrompida em meados de 2022 e, desse momento até meados de 2023, a queda da desocupação ocorreu não tanto pelo aumento da ocupação, mas pela diminuição da taxa de participação na força de trabalho.[4] Essa dinâmica mudou, de forma que desde então a queda da TD tem ocorrido efetivamente em razão do aumento da ocupação (Gráfico 6).[5]

Gráfico 6 – Decomposição da variação da TD
TD(mês t) - TD(mês t-1); p.p.; a.s.



Fontes: IBGE e BC

Neste processo mais recente de aumento da ocupação, empregos com carteira têm se destacado (Gráficos 7 e 8). Enquanto a população ocupada (PO) cresceu 0,3% e 0,9% nos trimestres encerrados em julho e abril, respectivamente, a quantidade de empregados com carteira assinada avançou 1,1% em ambos os períodos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O bom desempenho no emprego com carteira é também refletido nos dados do Caged, que mostram aumentos de 1,0% e 1,2% na

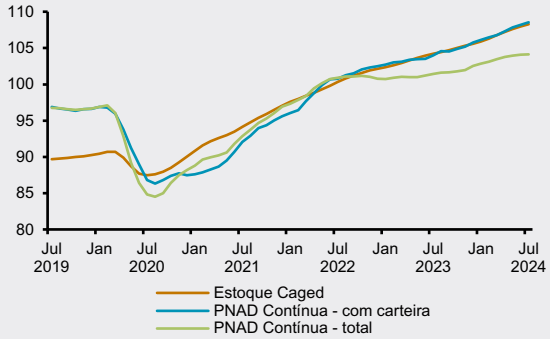
1/ Mais informações estão no boxe Indicadores de subutilização da força de trabalho ajustados por horas trabalhadas do Relatório de dezembro de 2019.
2/ São consideradas desalentadas as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa.
3/ Força de trabalho mais desalentados.
4/ Entre as causas estão as mudanças demográficas, conforme descrito no boxe Alterações demográficas e a evolução recente da taxa de participação na força de trabalho do Relatório de junho de 2024.
5/ Decomposição da variação mensal da TD realizada com dados dessazonalizados utilizando-se a equação

$$\Delta TD_t = \underbrace{\frac{NO_{t-1}}{TP_{t-1}}\frac{\Delta TP_t}{TP_{t-1}}}_{\text{Efeito TP}} - \underbrace{\frac{NO_{t-1}}{TP_{t-1}}\frac{\Delta NO_t}{NO_{t-1}}}_{\text{Efeito NO}}.$$

Há um pequeno resíduo na decomposição, resultante de a equação utilizada somente ser exata para variações infinitesimais e de terem sido usados dados de TD, NO e TP dessazonalizados de modo independente.

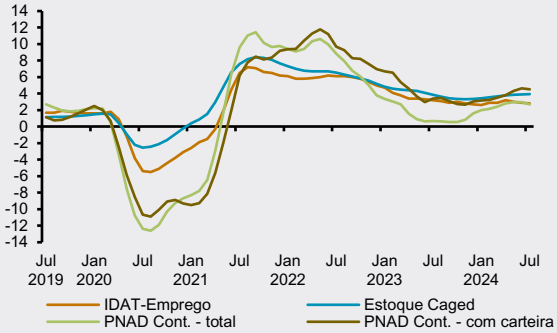
quantidade de vínculos de trabalho nos mesmos períodos. O Índice Diário de Atividade Econômica - Emprego (IDAT-Emprego)[6] confirma a expansão do emprego com carteira.

Gráfico 7 – População ocupada
2022 = 100; MM3M; a.s.



Fontes: IBGE e MTE

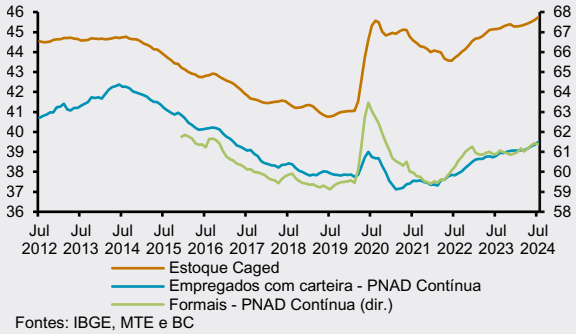
Gráfico 8 – Variação da população ocupada
%, MM3M, var. interanual



Fontes: Itaú, MTE e IBGE

O trabalho formal tem ganhado participação na ocupação. Segundo a PNAD Contínua, a participação dos empregados com carteira assinada na PO tem aumentado desde 2021, embora ainda esteja bem abaixo dos máximos históricos (Gráfico 9). Contudo, ao se utilizar um conceito mais amplo de trabalhadores formais – que inclui, além dos empregados com carteira, o setor público e os empregadores e trabalhadores por conta-própria com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) –, a participação do trabalho formal encontra-se mais próxima dos máximos históricos (quando se ignora o curto período após a eclosão da pandemia). Considerando-se dados de vínculos empregatícios do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), também normalizados pela PO da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a conclusão é a de que os empregos com carteira estão no maior patamar da série histórica.[7]

Gráfico 9 – Medidas de formalização (Emprego/PO[1])
%, MM3M, a.s.



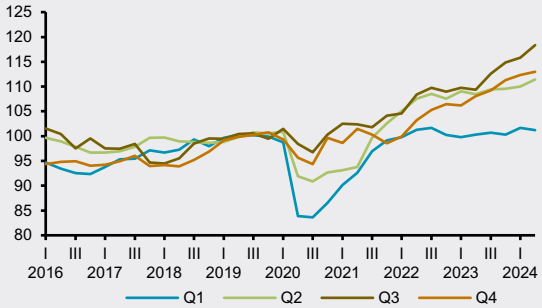
Fontes: IBGE, MTE e BC
1/ O denominador PO é sempre a PO total da PNAD Contínua.

A expansão da PO tem sido razoavelmente disseminada, mas destaca-se o aumento observado nas atividades econômicas e nas ocupações com maior remuneração média. Após o recuo acentuado da ocupação devido à pandemia, a PO apresentou trajetória ascendente, atingindo no segundo trimestre de 2024 um patamar 8,1% acima do período pré-pandemia[8]. A ocupação cresceu acima da População em Idade de Trabalhar (PIT) em 70,1% das atividades econômicas e 61,7% das ocupações, considerando o total de 87 divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e 128 subgrupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), respectivamente. Para avaliação da relação entre a expansão da ocupação e a remuneração média de cada ocupação ou atividade, a PO da PNAD Contínua foi segmentada em quartis com igual número de componentes.[9]

6/ Índice de emprego do Itaú obtido a partir da folha de pagamentos processada por esta instituição financeira.
7/ Em função da mudança metodológica no Caged em 2020, comparações entre dados pré e pós 2020 devem ser feitas com cautela.
8/ Variação entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2024.
9/ Utilizando os microdados, as atividades (divisões CNAE, 2 dígitos) ou as ocupações (subgrupos CBO, 3 dígitos) foram inicialmente ordenadas de acordo com o rendimento médio habitual do trabalho principal de 2019 e, em seguida, foram encontrados os limites de corte dos quartis. A classificação das atividades e ocupações nos quartis é fixa em todo o período analisado.

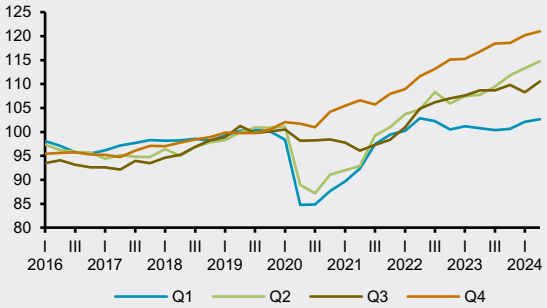
A análise mostra que a expansão da ocupação tem sido mais intensa nos três quartis com maior remuneração média (Gráficos 10 e 11), o que é sugestivo de que os empregos gerados têm sido de maior qualidade.

Gráfico 10 – População Ocupada - PNAD Contínua
Por quartil da CBO
2019 = 100, MM3M; a.s.



Fontes: IBGE e BC

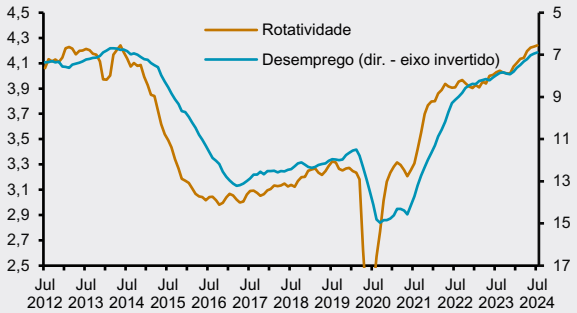
Gráfico 11 – População Ocupada - PNAD Contínua
Por quartil da CNAE
2019 = 100, MM3M; a.s.



Fontes: IBGE e BC

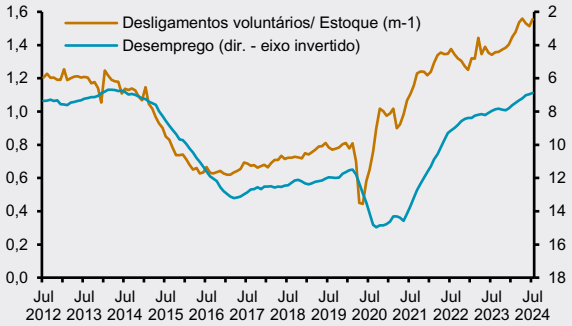
Indicadores complementares do setor formal também mostram aquecimento do mercado de trabalho. Além de mostrar forte geração de empregos formais, os dados do Caged revelam que a taxa de desligamentos voluntários[10] e a rotatividade do emprego[11] estão em patamares elevados (Gráficos 12 e 13). Essas métricas são pró-cíclicas, apresentando valores mais altos quando a economia está aquecida. Enquanto a rotatividade tem acompanhado a evolução da taxa de desocupação, os desligamentos voluntários distanciaram-se desse indicador nos últimos meses, atingido patamar mais alto do que o observado em 2014, quando a taxa de desocupação era semelhante à atual.

Gráfico 12 – Rotatividade[1] e taxa de desocupação
%; MM3M; a.s.



Fontes: MTE e IBGE
1 Rotatividade = mínimo(adm., deslig.)/estoque(m-1)

Gráfico 13 – Taxas de desligamento voluntário e TD
MM3M; %; a.s.

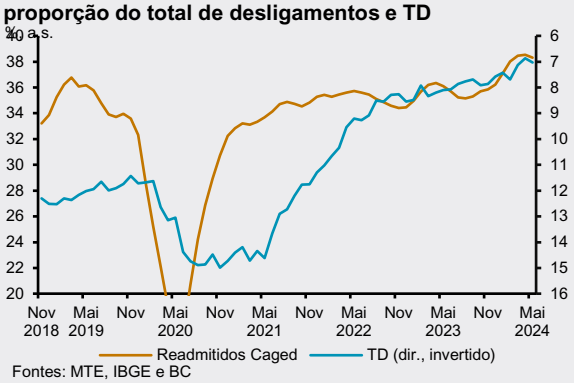


Fontes: MTE e IBGE

O tempo para se encontrar uma nova ocupação tem diminuído. De acordo com microdados do Caged[12], a proporção dos trabalhadores que assumiram uma nova vaga com carteira em até dois meses após o desligamento tem crescido e encontra-se nos maiores níveis dos últimos anos (Gráfico 14)[13]. Na mesma linha, análise com dados pareados da PNAD Contínua mostra que as trocas entre as ocupações também aumentaram (Gráfico 15). A proporção de indivíduos que estavam ocupados nos trimestres t-1 e t e que responderam que estavam no trabalho corrente por até 2 meses se encontra em nível semelhante ao observado no início da década passada, quando o mercado de trabalho se encontrava bastante aquecido.[14]

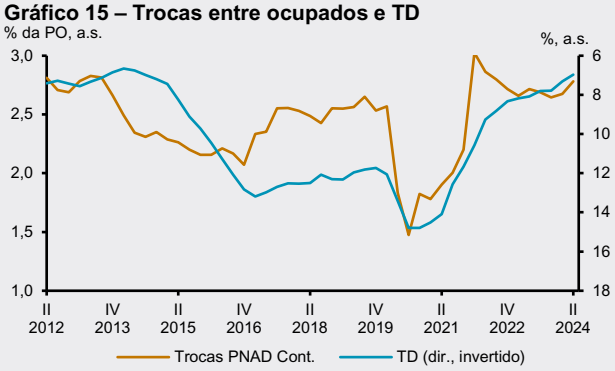
10/ Taxa de desligamentos voluntários corresponde à quantidade de desligamentos a pedido do empregado dividida pela quantidade de vínculos de trabalho no mês anterior.
11/ Rotatividade do emprego: mínimo entre o total de admitidos e desligados no mês dividido pela quantidade de vínculos de trabalho existentes no mês anterior.
12/ Base de dados com empresas e indivíduos identificados.
13/ Como houve mudança do Caged para o Novo Caged a partir de 2020, essa comparação deve ser vista com cautela. Mais referências sobre as mudanças no Caged estão disponíveis na seção de mercado de trabalho dos Relatórios de Inflação de março de 2021 e dezembro de 2021.
14/ Na análise com dados da PNAD Contínua, considerou-se o total de trabalhadores, não só os empregados com carteira.

Gráfico 14 – Readmitidos em até dois meses como proporção do total de desligamentos e TD



Fontes: MTE, IBGE e BC

Gráfico 15 – Trocas entre ocupados e TD



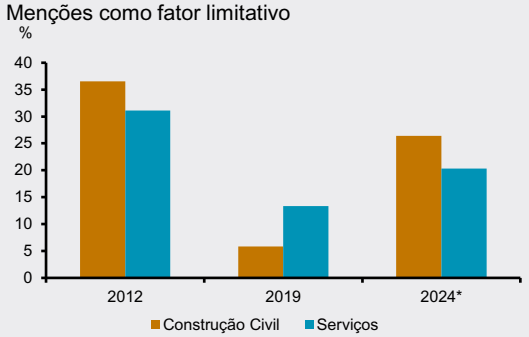
Fontes: IBGE e BC

O menor grau de ociosidade no mercado de trabalho também se manifesta em sondagens empresariais. De janeiro a julho de 2024, 26,4% dos entrevistados na Sondagem da Construção Civil da Fundação Getulio Vargas (FGV) citaram a escassez de trabalhadores qualificados como fator limitante para o crescimento. Na Sondagem de Serviços 20,3% dos respondentes o fizeram. Embora esses valores sejam menores que os verificados em 2012 – outro momento de aquecimento do mercado de trabalho – eles são substancialmente maiores que os observados em 2019, antes da pandemia, sugerindo aumento da dificuldade de se encontrar trabalhadores (Gráfico 16).

O desempenho dos rendimentos também aponta para um quadro de aquecimento do mercado de trabalho. Segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio real habitual do trabalho no trimestre encerrado em julho foi 4,9% superior ao observado em igual período de 2023, e 4,5% superior ao observado no período pré-pandemia. Embora a magnitude do crescimento da renda sugerido por esse indicador destoe da de outros indicadores de renda[15], todos apontam para crescimento salarial em ritmo que supera a inflação (Gráfico 17).

Gráfico 16 – Escassez de mão de obra qualificada

Menções como fator limitativo

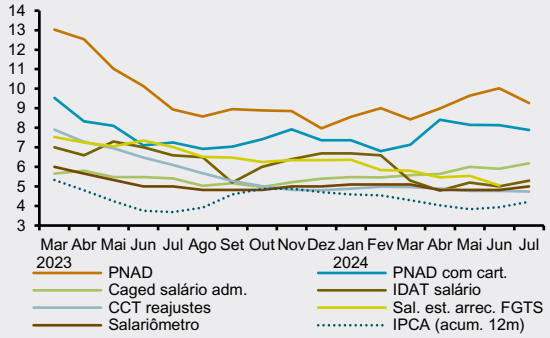


Fonte: FGV

* De janeiro a agosto

Gráfico 17 – Salários e rendimentos

%, MM3M, var. interanual



Fontes: IBGE, MTE, CEF, Itaú e BC

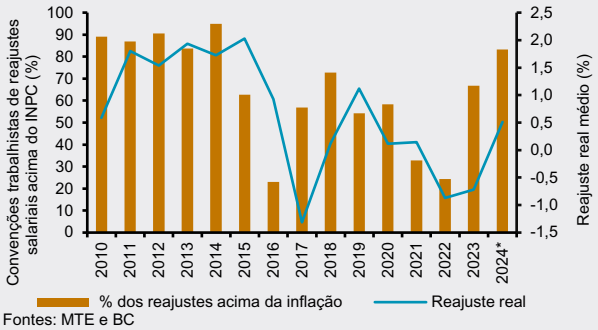
Os ganhos reais têm sido disseminados nas negociações coletivas. Dados das convenções coletivas consolidados pelo Banco Central[16] indicam que mais de 80% das negociações realizadas até agosto superaram a inflação, comparado a 67% em 2023, aproximando-se dos níveis do início da década anterior, quando o mercado

15/ Os seguintes indicadores foram comparados: rendimento médio habitual de todos os trabalhos da PNAD Contínua; rendimento médio habitual do trabalho principal de empregados com carteira do setor privado da PNAD Contínua; salário médio de admissão do Caged; estimativa do BC do reajuste salarial médio a partir das Convenções Coletivas de Trabalho; reajustes salariais médios de acordo com o Salariômetro; IDAT Salários, reajuste salarial médio computado pelo Itaú a partir da folha de pagamentos processados por essa instituição; e estimativa do salário médio de empregados do setor privado com carteira a partir de dados de arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

16/ Refere-se à média simples dos reajustes nominais das convenções coletivas de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro pelo critério de data de registro no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) defasado. Usualmente, há demora entre a negociação e o registro no sistema. Exercícios sugerem que, pela data de registro, os reajustes acordados apresentam correlação mais alta com o INPC acumulado em 12 meses medido cinco meses antes, deflator utilizado nessa análise. As convenções consideradas são aquelas para as quais foi possível capturar adequadamente o percentual de reajuste acordado.

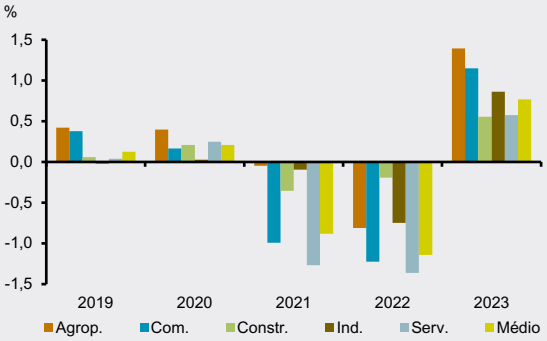
de trabalho estava bastante aquecido (Gráfico 18). Esse resultado é similar ao registrado pelo Boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Reajustes predominantemente acima da inflação têm sido observados em diversas atividades econômicas (Gráfico 19).

Gráfico 18 – Distrib. dos reajustes acima da inflação
Em comparação com o INPC (t-5) - RJ e SP



Fontes: MTE e BC
* De janeiro a agosto

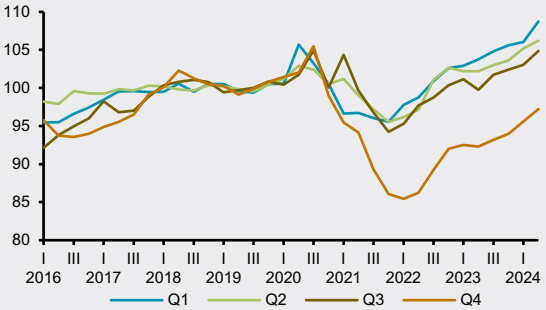
Gráfico 19 – Reajustes reais médios
SP e RJ



Fontes: MTE e BC

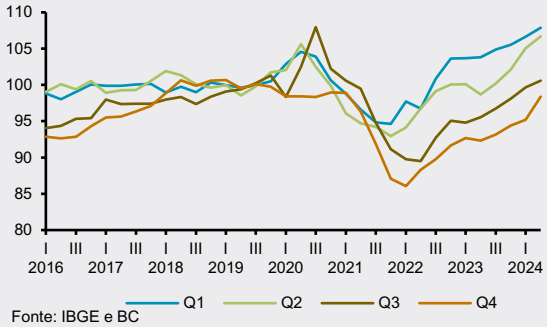
O aumento do rendimento médio também tem sido razoavelmente disseminado entre atividades econômicas e tipos de ocupação. O rendimento médio real habitual do trabalho cresceu em 62,1% das atividades econômicas e 65,6% das ocupações, em comparação ao período pré-pandemia. Considerando as segmentações das atividades e das ocupações em quartis de acordo com sua remuneração média, apresentada anteriormente, nota-se que, na comparação com o período pré-pandemia, os ganhos reais de renda foram mais expressivos nas atividades e nas ocupações nas quais a remuneração média é mais baixa (Gráficos 20 e 21). Em conjunto com o resultado apresentado anteriormente, de que a expansão da ocupação foi maior nas ocupações e nas atividades de remuneração média mais alta, o resultado aponta para um aumento relativo na oferta de mão-de-obra mais qualificada – o que leva a maior expansão desses empregos, mas a menor aumento dos salários.

Gráfico 20 – Rendimento habitual real
Por quartil da CBO
2019 = 100, mm3; s.a.



Fontes: IBGE e BC

Gráfico 21 – Rendimento habitual real
Por quartil da CNAE
2019 = 100, MM3M; a.s.



Fonte: IBGE e BC

Em seu conjunto, os indicadores apresentados neste boxe apontam para um mercado de trabalho aquecido. A taxa de desocupação tem recuado de forma surpreendente e se encontra em patamar próximo ao mais baixo da série histórica. A queda da desocupação neste ano tem sido puxada pelo aumento do emprego, em particular do formal, e acompanhada de aumento real dos salários. Os trabalhadores têm encontrado maior facilidade em encontrar melhores oportunidades de emprego, levando a maior taxa de rotatividade e aumento dos desligamentos a pedido. Enquanto isso, na construção e nos serviços, tem aumentado as menções à escassez de mão-de-obra qualificada como um fator que limita a expansão da produção.